



Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari - Organização Social de Cultura

CNPJ 01.845.656/0001-78 - Contrato de Gestão 003/2011 - Entidades Públicas Gerenciadas: Museu Casa de Portinari em Brodowski, M.H.P. Índia Vauíre em Tupã, Museu de Esculturas Felícia Leirner/Auditório Claudio Santoro e Alojamentos em Campos do Jordão. Contratante: Secretaria de Estado da Cultura - Relatório de Prestação de Contas do Exercício de 2014

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2014 e de 2013 (Em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Ativo	Nota	31/12/14	31/12/13	Passivo	Nota	31/12/14	31/12/13
Circulante		3.351.030	6.244.856	Circulante		3.566.928	6.459.634
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	3.207.083	6.183.492	Fornecedores		156.201	14.952
Contas a Receber		2.815	-	Obrigações Fiscais	12	14.200	11.210
Adiantamentos	6	18.906	13.349	Salários e Encargos Sociais		5.408	46.944
Impostos a Recuperar	7	6.636	2.165	Contas a Pagar		1.609	3.271
Estoques	8	82.341	25.569	Provisão de Férias		258.355	199.764
Outras Contas a Receber		13.383	-	Crédito de Projetos a Incurrir	13	-	245.003
Despesas Antecipadas	9	19.866	20.281	Recursos Contrato de Gestão	14	3.131.155	5.938.489
Não Circulante		1.626.955	804.180	Patrimônio Líquido		1.411.058	589.402
Imobilizado	10	1.489.813	721.556	Patrimônio Social	15	1.411.058	589.402
Intangível	11	137.142	82.624	Total do Passivo		4.977.985	7.049.036
Total do Ativo		4.977.985	7.049.036				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Patrimônio Social	Déficit/Superávit Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012	419.311	-	419.311
Superávit do Exercício	-	170.091	170.091
Transferência Patrimônio Social	170.091	(170.091)	-
Saldos em 31/12/2013	589.402	-	589.402
Superávit do Exercício	-	821.656	821.656
Transferência Patrimônio Social	821.656	(821.656)	-
Saldos em 31/12/2014	1.411.058	-	1.411.058

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional: A Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari - Organização Social de Cultura é uma sociedade civil sem fins lucrativos de duração ilimitada. Com sede e foro na cidade de Brodowski/SP regida pelo seu estatuto social de 03/10/11 e pelas leis que são aplicáveis, em especial a Lei Complementar 846, de 04/06/98, e o Decreto Estadual 43.493/98. Sua atividade operacional teve início em julho de 2008. A Associação tem por objetivos de natureza social na área da cultura, que se constituem na colaboração técnica, operacional e financeira, para o desenvolvimento das atividades do Museu Casa de Portinari, e de outros espaços museológicos do Estado de São Paulo. Para cumprimento de seus objetivos a Associação poderá, conforme definido pelo seu Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: (a) Realizar, patrocinar e promover exposições, cursos, conferências, seminários, congressos, conclaves de natureza cultural e artística e intercâmbio entre profissionais ou entidades; (b) Manter oficinas de formação e aperfeiçoamento nas diversas linguagens artísticas; (c) Promover o treinamento, capacitação profissional e especialização técnica e científica de recursos humanos; (d) Promover campanhas de mobilização e divulgação junto à opinião pública, acerca dos objetivos da Associação, bem como atividades na área museológica; (e) Editar livros e outras formas de mídia de valor artístico ou cultural; (f) Receber auxílio técnico, celebrar acordos operacionais com instituições públicas e privadas tanto nacionais quanto internacionais no campo de pesquisa, elaboração, avaliação e implantação de projetos, desde que voltados para seus objetivos. **2. Contrato de Gestão:** A Associação firmou em 14/07/11 com o Governo do Estado de São Paulo, Contrato de Gestão com vigência até 30/11/15, tendo por termo inicial a data da assinatura. Durante o período do contrato a Associação irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia no Museu Casa de Portinari, Museu Índia Vauíre, Museu Felícia Leirner, Auditório Claudio Santoro e Alojamentos e demais museus do interior bem como ações de apoio ao SISEM - Sistema Estadual de Museus em conformidade com o "Anexo Técnico I - Programa de Trabalho e Prestação de Serviços", que integra este instrumento. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas. As obrigações e responsabilidades da Associação: Para o atendimento de suas obrigações, cabe à Associação, além das obrigações constantes das especificações técnicas (Anexo I e II), bem como dos diplomas legais, federal e estadual, que regem a presente contratação, as seguintes: (a) Executar os serviços descritos e caracterizados no "Anexo Técnico I - Programa de Trabalho/Prestação de Serviços" do Contrato de Gestão, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos; (b) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público; (c) Comunicar à Unidade Gestora todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura no prazo de 30 dias após sua ocorrência; (d) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo, deverão fazer parte do patrimônio do Estado); (e) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo III ao Contrato de Gestão - Sistema de Despesa com Pessoal; (f) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público; (g) A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados não excederão aos níveis de remuneração praticada na rede privada da cultura, baseando-se em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado; (h) Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumentos necessários para realização dos serviços contratados. (i) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem; (j) O uso de espaços internos dos bens imóveis, prédios ou empreendimentos para empreendimentos diversos; (jj) O empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição; (jjj) A restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural; (k) Submeter trimestralmente e anualmente até 31/01 do ano subsequente, relatórios de atividades para acompanhamento das metas do Contrato de Gestão a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura. (l) Contratar seguro multirisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos; (m) Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de cultura cujo uso lhe fora permitido, seguido pelo nome designativo "Organização Social de Cultura"; (n) Responsabilizar-se pela reparação ou indenização de dano material e/ou moral, decorrente de ação ou omissão, dolosa ou culposa, negligência, imperícia ou imprudência de seus agentes, causado ao Estado, aos usuários (ou consumidores) dos serviços ou a terceiros, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais; (o) Responsabilizar-se pelos danos causados por ação ou omissão dolosa ou culposa, negligência, imperícia ou imprudência aos bens móveis e/ou obras de arte que constituem patrimônio histórico, artístico e cultural; (p) A responsabilidade de que trata o item anterior estende-se aos casos de dano causado por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do artigo 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); (q) Atender aos usuários (ou consumidores) dos serviços com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços e observando-se a legislação especial de proteção ao idoso, à criança, ao adolescente e ao portador de deficiência; (r) Manter, em local visível ao público em geral, placa indicativa do endereço em que os usuários (ou consumidores) possam apresentar as reclamações relativas aos serviços, segundo modelo fornecido pela Secretaria; (s) Apresentar mensalmente à Unidade Gestora, até o 10º dia do mês subsequente, os extratos bancários de movimentação da conta na qual os recursos públicos são depositados bem como o fluxo de caixa, em modelo de formulário a ser fornecido pela Secretaria de Estado e Cultura; (t) Efetuar auditoria anual com empresa de auditoria externa, aprovada pelo Conselho de Administração. A inobservância, pela Associação, de cláusula ou obrigação constante deste contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Secretaria de Estado da Cultura, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se, quando for o

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT			
	Nota	31/12/14	31/12/13
Receitas		15.233.619	10.834.435
Receita com Vendas Líquidas		74.637	-
Recursos Projeto Pronac		254.094	-
Receitas Financeiras (Projeto Pronac)		2.569	-
Recursos de Órgão do Governo		14.788.399	10.750.150
Receitas Financeiras (Órgão do Governo)		113.919	84.286
(-) Custos de Mercadorias Vendidas		(36.435)	-
Superávit Bruto		15.197.185	10.834.435
Despesas		(14.375.529)	(10.664.344)
Com Projeto Pronac		(256.663)	-
Com Contrato de Gestão		(13.397.613)	(10.573.335)
Despesas Tributárias		(123.599)	(90.617)
Despesas Financeiras		(2.956)	(392)
Perda por Desvalorização (Impairment)		(594.698)	-
Superávit do Exercício		821.656	170.091

caso, a Resolução SC-9/91. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a Associação receberá no prazo e condições constantes neste contrato, a importância global estimada em R\$ 48.471.831,00, conforme 7º aditamento aprovado em 29/12/14, objetivando acréscimo financeiro, para atender a inclusão de novos indicadores e metas do contrato de gestão. Do total dos recursos repassados nos 12 primeiros meses de vigência do presente Contrato de Gestão, 6% deverá ser depositado pela Associação em conta corrente específica de sua titularidade, a fim de constituir, fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da Secretaria de Estado da Cultura, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela Associação do plano de restituição dos respectivos valores ao fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da Associação. A Associação também deverá constituir um Fundo de Contingência em conta específica, que corresponde a 1% dos repasses realizados durante a vigência do Contrato de Gestão, conforme previsto no Clausula Sétima, § 5º, item b do citado contrato. A Associação gastará no máximo 65% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados da Associação. A remuneração dos dirigentes da Diretoria Executiva não ultrapassará o valor anual de 15% dos 65% do orçamento total da Associação para o ano de 2014, sendo as metas atendidas em 26,43% (com Dirigentes, Empregados e Estagiários) e 7,27% (com Diretoria Executiva). Para o exercício de 2015 os valores poderão ser acrescidos de eventuais reajustes dispostos em Acordos Coletivos de Trabalho na respectiva data-base da categoria. **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros - Resolução CFC 1.409/12, ditada pelo CFC e com base nas disposições contidas na Lei das S.A. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **4. Descrição das Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit do exercício. **b) Instrumentos Financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do superávit (déficit) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **c) Mensurados ao valor justo através do superávit (déficit):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado superávit (déficit) são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (superávit) são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorre, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superávit (déficit) afetada pela referida operação. **d) Demais Ativos Circulantes:** São registrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos monetários incorridos até a data do balanço. **e) Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado e intangível estão demonstrados ao custo de aquisição. E as depreciações serão calculadas pelo método linear a partir de 2015, com base na vida útil econômica estimada dos bens, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10. Quando o valor contábil de um ativo é maior que o valor recuperável estimado ele é, imediatamente, reduzido ao valor recuperável. **f) Intangível:** Está representado por licenças adquiridas de programas de computador. Os gastos com aquisição de licença de software serão amortizados a taxa de 25% ao ano. **g) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT			
	Nota	31/12/14	31/12/13
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		821.656	170.091
Superávit do Exercício		821.656	170.091
Ajustes para reconciliar o superávit/(déficit) líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível		30.501	13.326
Perda por Desvalorização (Impairment)		594.698	-
(Aumento) Redução nos ativos operacionais			
Contas a Receber		(2.815)	-
Impostos a Recuperar		(4.471)	(1.377)
Adiantamentos		(5.558)	(8.189)
Estoques		(56.772)	(9.778)
Outras Contas a Receber		(13.383)	221
Despesas Antecipadas		416	(5.573)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		141.249	(29.392)
Salários, Obrigações Sociais		(41.536)	46.944
Impostos a Pagar		2.990	6.619
Contrato de Gestão		(3.052.338)	2.497.302
Outras Obrigações		56.927	52.773
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		(1.528.436)	2.732.967
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		(1.374.484)	(216.454)
Aquisição do Imobilizado		(73.489)	(19.251)
Aquisição do Intangível		(1.447.973)	(235.665)
Caixa Gerado pelas Atividades Investimentos		(1.447.973)	(235.665)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.976.410)	2.497.302
Variação das Disponibilidades		6.183.492	3.686.190
Caixa e Equivalentes de Caixa:			
No Início do Exercício		3.207.083	6.183.492
No Final do Exercício		6.183.492	3.207.083
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.976.410)	2.497.302

eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **g) Demais Passivos Circulantes:** São registrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos monetários incorridos até a data do balanço. **h) Patrimônio Social:** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros até 31/12/14, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. **i) Contas de Resultados (Superávit/Déficit):** As receitas, custos e despesas de vendas foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios. Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos mensalmente como receita durante o exercício. As despesas com o Contrato de Gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios de acordo com as práticas contábeis previstas na NBC TG 07.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:			
	31/12/14	31/12/13	
Caixa Loja	1.135	-	
Banco do Brasil - Contrato Gestão	21.959	14.000	
Banco do Brasil - Pronac	-	245.003	
Total	23.094	259.003	

Os saldos de disponibilidades são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. As aplicações financeiras são realizadas junto a instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado e, nas datas dos balanços, estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de aplicação diária. As aplicações financeiras mantidas nas rubricas Aplicação Banco do Brasil - Fundo de Reserva, corresponde a 6% retido dos recursos repassados nos 12 primeiros meses do Contrato de Gestão, conforme previsto na Clausula Sétima § 5º "Dos Recursos Financeiros", a título de fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação. Essa aplicação, somente poderá ser utilizada na hipótese de atraso, por parte da Secretaria de Estado da Cultura, no repasse dos recursos, e sendo condicionada à liberação após apresentação de um plano de restituição e aprovado pelo próprio Conselho de Administração da Associação. A Associação, também constituiu um Fundo de Contingência em conta específica, que corresponde a 1% dos repasses realizados durante a vigência do Contrato de Gestão, conforme previsto na Clausula Sétima, § 5º, item b do citado contrato. A seguir a composição em 31 de dezembro de 2014:

Instituição Financeira	Modalidade	31/12/14	31/12/13
Banco do Brasil	NC VIP REF DI	1.831.548	4.866.692
Banco do Brasil	NC REF DI	209.454	140.797
Banco do Brasil	FI BB Curto Prazo 200	27.723	-
Banco do Brasil	NC REF DI - Contingência	425.396	282.596
Banco do Brasil	NC REF DI - Fundo de Reserva	689.868	634.405
Total		3.183.989	5.924.489
6. Adiantamentos:		31/12/14	31/12/13
Adiantamento a Fornecedores		50	11
Adiantamento de Férias		17.957	12.588
Adiantamento de Viagens		899	750
Total		18.906	13.349
7. Impostos a Recuperar:		31/12/14	31/12/13
INSS a Recuperar		3.604	1.292
IRRF a Recuperar		664	664
ISS a Recuperar		209	209
Impostos Federais a Recuperar		2.159	-
Total		6.636	2.165
8. Estoques:		31/12/14	31/12/13
Estoques de Mercadoria para Revenda (Loja)		66.393	-
Estoque de Materiais Escritório e Informática		12.385	17.922
Estoque de Materiais de Higiene/Copa/Embalagens		3.563	7.647
Total		82.341	25.569
9. Despesas Antecipadas:		31/12/14	31/12/13
Despesas Antecipadas - Contrato de Gestão			
Seguro Responsabilidade Civil		14.555	14.876
Seguros Prediais		5.311	5.405
Total		19.866	20.281

10. Imobilizado: a) Composição do imobilizado:			
	Taxa Depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada
Imobilizado - Contrato de Gestão		387.201	-
Móveis e Utensílios	14%	7.353	-
Máquinas e Equipamentos	7%	178.808	-
Computadores e Periféricos	25%	128.029	-
Instalações Diversas	-	193.606	-
Equipamentos de Uso Eletrônico	-	14.891	-
Equipamentos de Telefonia	14%	567.478	-
Equipamentos de Segurança	20%	12.446	-
Imobilizado - Próprio: Computadores e Periféricos	14%	1.489.813	-
Total		1.489.813	1.489.813

b) Movimentação do custo:						
	31/12/13	Custo	Adições	Baixa	Transferência entre contas	Perda por Impairment
Imobilizado - Contrato de Gestão		308.506	648.883	(30.000)	(133.436)	(406.752)
Móveis e Utensílios		8.720	899	-	95	(2.361)
Máquinas e Equipamentos		117.664	46.216	-	64.520	(49.592)
Computadores e Periféricos		69.553	58.476	-	-	-
Instalações Diversas		111.684	41.829	-	61.753	(21.660)
Equipamentos de Uso Eletrônico		9.715	4.110	-	7.068	(6.002)
Equipamentos de Telefonia		61.106	574.071	-	-	(67.698)
Equipamentos de Segurança		34.608	-	-	-	(22.162)
Imobilizado - Próprio: Computadores e Periféricos		721.556	1.374.485	(30.000)	-	(576.227)
Total		1.489.813	1.374.485	(30.000)	-	(1.489.813)

11. Intangível: a) Composição do intangível:						
	Taxa Amortização %	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado - Contrato de Gestão		74.983	-	130.002	-	74.983
Direito Uso Software	25%	7.641	-	7.641	-	7.641
Imobilizado - Próprio: Direito Uso Software	25%	137.643	-	137.643	-	137.643
Total		219.567	-	275.286	-	219.567

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/2011 - ANO BASE 2014 (01/01/2014 A 31/12/2014)		
Programa de Apoio ao SISEM - SP		
Nº	Ações	Percentuais Realizados
94	Realizar curso de capacitação em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP	100%
95	Capacitar profissionais de museus em cursos (*3)	81%
96	Realizar oficinas de capacitação	100%
97	Capacitar profissionais de museus em oficinas	105%
98	Realizar exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP	147%
99	Realizar Assessoria Técnica Museológica, museus atendidos	100%
100	Encontros Regionais de representantes de regiões administrativas	100%
101	Realizar eventos técnicos, acadêmicos e profissionais	100%
102	6º Encontro Paulista de Museus	100%
103	Realizar Curso de Capacitação EAD em parceria com a UNESCO	100%
104	Realizar Curso de Capacitação EAD em parceria com a UNESCO (nº de pessoas capacitadas)	110 pessoas/100%
105	Manter os serviços de segurança e vigilância patrimonial, portaria, limpeza e contas públicas dos museus em processo de municipalização	110%
Programa de Financiamento e Fomento		
Nº	Ações	Percentuais Realizados
106	Elaborar Plano de Desenvolvimento Institucional	100%
107	Submeter projetos para captação de recursos via leis de incentivo, fundos setoriais, editais públicos e privados	100%
108	Captar recursos por meio de geração de receita de cessão remunerada de uso e espaços e café	R\$154.799,99/182,52%
108	Captar recursos por meio de projetos incentivados (Rouanet, PROAC, Mendonça), editais de fomento (FAPESP, FINEP, CNPq, etc) e doações (*4)	R\$216.283,00/148,96 %
Metas Condicionadas - Museu Casa de Portinari		
Nº	Ações	Percentuais Realizados
111	Realização de Exposição Itinerante Capela da Nonna	100%

Justificativas: 1-Meta 14: O índice para a Meta 14 foi estabelecido anteriormente à adoção pela Unidade Gestora da nova Planilha de Público 2014, quando houve um correto e necessário reposicionamento de público para as diversas atividades oferecidas pelo museu e para o atendimento específico do visitante das exposições da instituição; ocorre que pelo fato do Museu, à época, encontrar-se fechado para restauração, equivocadamente não foi solicitado o ajuste na meta para adequação ao novo formato, excluindo desse índice específico o público que passava

a ser computado em outro local da referida Planilha, podendo se observar que para os demais índices previstos, que permaneceram sem alteração, como por exemplo, o público escolar e demais atividades não ocorreu problema semelhante, não afetando assim o cumprimento da meta como nesse caso específico. Mesmo assim, a Organização Social esclarece que houve um esforço no sentido do efetivo cumprimento, mas que por vários fatores, como o principal, a capacidade física da edificação, um fator limitador por si só, não foi possível se chegar ao índice estabelecido; Vale dizer ainda, que no período é possível observar a forte presença do Museu na mídia, buscando ampliar a visibilidade da instituição e divulgar suas atividades objetivando uma maior presença de público. Oportunismo, seria oportuno o olhar para o desempenho geral da instituição na Planilha de Público 2014 que revela uma visitação considerável e onde a diferença em questão pode ser melhor observada; esclarecendo que para o problema não volte a ocorrer a ACAM Portinari adequou a previsão dos índices para o próximo exercício. **2-Meta 36,71 e 92:** a Organização Social justifica que o índice a menor ocorreu, pois não foram produzidos os boletins eletrônicos previstos para o 3º trimestre seguindo as orientações do Manual do SECOP sobre a atividade publicitária durante o período eleitoral. Ainda, vale informar que o excedente não impactou no orçamento e o índice a menor não prejudicou a realização das outras ações previstas. **3-Meta 95:** a Organização Social esclarece que a oferta de vagas para o Curso de Capacitação em Museus é amplamente difundida junto a profissionais de museus no interior, e por uma série de fatores, principalmente no caso de funcionários ligados às Prefeituras, nem sempre as presenças são possíveis. Ainda, vale dizer que o índice a menor não comprometeu a ação e nenhuma outra meta do presente Programa. **4-Meta 108:** Captar recursos por meio de projetos incentivados (Rouanet, PROAC, Mendonça), editais de fomento (FAPESP, FINEP, CNPq, etc.) e doações, vale esclarecer que a Organização Social teve seu cumprimento em caráter parcial, não por falta de empenho ou esforços que apresentou projetos nas leis de incentivo fiscal, em editais e segue na busca por parcerias que efetivem os projetos aprovados; outra forma de captação alternativa compõe o resultado, a campanha institucional de divulgação do Museu Casa de Portinari correspondido à R\$ 170.363,00 (cento e setenta mil, trezentos e sessenta e três reais), recursos que compensaram possíveis gastos, caso o próprio museu tivesse que executar a campanha, foram feitas 45 inserções de 37 segundos cada em horários alternados, na Rede Globo/EPTV Ribeirão Preto, sendo que essa visibilidade institucional foi responsável pelo aumento significativo de público no museu, conforme informações no presente relatório. Outra modalidade de captação praticada foi o apoio financeiro das agências de fomento Fapesp e Capes, sendo R\$ 20.920,00 valor concedido pela Fapesp através do processo 2014/01188-6 e R\$ 20.000,00 valor concedido pela Capes com o nº de auxílio 0262/2014, para o evento III Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus juntamente com o IV Seminário Museus, Identidades e Patrimônio Cultural no M.H.P Índia Vanuíre complementando a realização do evento, esclarecemos que por questões de protocolo dos órgãos, os recursos, não transitaram diretamente pelas contas da Organização Social que fez a gestão dos mesmos em parceria com profissional especializada devidamente autorizada e habilitada pelos referidos órgãos, recebemos também um apoio do Banco do Brasil, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para a realização da "XXIX Semana de Portinari". Nesse sentido, a Organização Social solicita que a equivalência de recursos seja considerada como resultado na meta de captação.

Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

The collage features several documents from Imprensa Oficial, including:

- Balance Sheet of CDHU (2007-2008):** A table showing financial data for the Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. It includes columns for 2007 and 2008, and rows for various assets and liabilities.
- Management Report of CISP (2007):** A detailed report from the Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, detailing administrative and financial performance for the year 2007. It includes a table of investments and a graph showing investment trends.
- Articles on Transparency:** Several text-based articles discussing the importance of financial transparency in public administration and the role of Imprensa Oficial in providing access to this information.
- Financial Statements of SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO:** A large table showing the company's financial results, including revenue, expenses, and net income, broken down by region (Agua and Esgoto).

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

www.imprensaoficial.com.br